



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Departamento de Direito Civil

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS E CONTRATOS DO CÓDIGO CIVIL

Professor Dr. MARCO FÁBIO MORSELLO (mmorsello@usp.br)

2º ano (período noturno) – 3ª feira (18:20 – 19:55) e 5ª feira (21:40 – 23:15)

I. PROGRAMA

	Data	Tema
1	18.08.2020	A noção de contrato em sua perspectiva evolutiva. O sistema fechado. O sistema aberto e o paradigma pós-moderno. O caráter dinâmico do contrato como espécie de negócio jurídico instrumento da autonomia privada e social - Tegazza. Mudança de paradigmas. Como compatibilizar a pós-modernidade, a justaposição de valores com uma justa e útil fluidez do tráfego contratual?
2	20.08.2020	A importância da autonomia privada. Distinção em relação à autonomia da vontade. A denominada autonomia social.
3	25.08.2020	Os princípios tradicionais do contrato. O anacronismo nas relações contratuais massificadas. História dos princípios tradicionais – evolução do individualismo - 1804. Art. 1134 do <i>Code Civil Français</i> . Negócio jurídico. Liberdade contratual <i>lato sensu</i> . A obrigatoriedade dos efeitos contratuais. A relatividade dos efeitos. Ordem pública de direção. Conceitos jurídicos indeterminados.
4	27.08.2020	<u>Seminário 1: Utilização de “pesos humanos” em academia de Londres. (disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL967291-5602,00-ACADEMIA+EM+LONDRES+USA+PESOS+HUMANOS+PARA+E+STIMULAR+ALUNOS.html)</u>
5	08.09.2020	Os novos princípios sociais do contrato. Freios e contrapesos em ponderação com os demais princípios, nomeadamente a autonomia privada.
6	10.09.2020	A função social do contrato. Caracterização. Funções. Fundamento constitucional. Núcleos interno e externo. Ordem pública, interesse público e boa-fé. Sistema aberto.
7	15.09.2020	O equilíbrio econômico do contrato. Caracterização. Lesão, estado de perigo e onerosidade excessiva. Teoria da base do negócio jurídico e teoria da pressuposição. Teoria da imprevisão.
8	17.09.2020	<u>Seminário 2: Caso “Zeca Pagodinho” (STJ – REsp nº 1.316.149/SP – 3ª Turma - rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino – j. 03/06/2014 – p. 27/06/2014).</u>



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Departamento de Direito Civil

9	22.09.2020	A boa-fé subjetiva. A boa-fé objetiva como princípio e cláusula geral no Direito pátrio e estrangeiro. Freios e contrapesos em ponderação com os demais princípios, nomeadamente a autonomia privada. As funções desempenhadas pela boa-fé nas relações contratuais: interpretativa, supletiva (<i>Nebenpflichten</i>) e corretiva. Exercício inadmissível de posições jurídicas. Equilíbrio econômico do contrato. Figuras parcelares decorrentes da boa-fé objetiva: <i>venire contra factum proprium</i> , <i>suppressio</i> , <i>surrectio</i> , <i>tu quoque</i> adimplemento substancial e <i>duty to mitigate the loss</i> .
10	24.09.2020	Os deveres anexos ou laterais. Caracterização. A obrigação como relação jurídica complexa. A violação positiva do contrato.
11	29.09.2020	A fase pré-contratual e os efeitos que promanam da boa-fé. A importância da fase pré-contratual. A fase pós-contratual e a denominada <i>culpa post pactum finitum</i> . A subsistência de deveres, mesmo após a extinção da relação contratual.
12	01.10.2020	<u>Seminário 3</u> : Caso “Compra de safra de tomates - Companhia Industrial de Conservas Alimentícias – CICA” (TJRS – Apelação nº 591.028.295 – 5ª Câmara Cível - rel. Des. Ruy Rosado de Aguiar Júnior – j. 06/06/1991).
13	06.10.2020	A formação do contrato. A fase eventual das tratativas e seus desdobramentos. A proposta e a aceitação. Caracterização e requisitos. O contrato preliminar. A preliminaridade mínima, média e máxima.
14	08.10.2020	Classificação dos contratos. A <i>consideration</i> provinda da <i>common law</i> . Caracterização. Requisitos.
15	13.10.2020	Exceção de Contrato não Cumprido: Causa, Sinalagma e Boa-fé. Aula a ser ministrada pelo Professor convidado: Ricardo Dal Pizzol.
16	15.10.2020	<u>Seminário 4</u> : Contrato preliminar - “Caso Disco” (STF – RE nº 88.716/RJ – 2ª Turma - rel. Min. Moreira Alves – j. 11/09/1979 – p. 30/11/1979).
17	20.10.2020	Contratos paritários, por adesão e contratos-tipo. Caracterização e distinções. Contratos cativos de longa duração. Caracterização. Aplicabilidade.
18	22.10.2020	Interpretação dos contratos.
19	27.10.2020	Resolução do contrato por inexecução voluntária. Caso fortuito e força maior. Resolução do contrato por onerosidade excessiva. Caracterização. Resilição unilateral, bilateral e rescisão contratual. Caracterização.
20	29.10.2020	<u>Seminário 5</u> : “Caso da compradora escoraçada” (TJRS – Apelação Cível nº 588042580 – 5ª Câmara Cível – rel. Des. Ruy Rosado de Aguiar Jr. – j. 16/08/1988).



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Departamento de Direito Civil

21	03.11.2020	Relações Jurídicas de Direito Privado e a Pandemia de COVID-19. Debates. Lei 14.010, de 10 de junho de 2020 e Lei 14.034, de 05 de agosto de 2020. Gestão das crises contratuais. Dever de Renegociar. Judicialização dos contratos.
22	05.11.2020	Compra e venda. Origens históricas. Definição. Objeto. Forma de transferência do domínio de bens móveis e imóveis no direito brasileiro. Os <i>incoterms</i> . Origens e causa. Efeitos no contrato de compra e venda. Natureza jurídica. Elementos. Efeitos. O direito de retenção da coisa.
23	10.11.2020	Compra e venda. Hipóteses de limitações. Efeitos e apreciações críticas. Vendas especiais. Vendas mediante amostra. Venda <i>ad corpus</i> e <i>ad mensuram</i> . Caracterização. Distinção e efeitos. Vícios redibitórios e evicção.
24	12.11.2020	<u>Seminário 6</u> : Caso do vício redibitório e aplicação do art. 503 do Código Civil (STJ – Resp nº 991.317/MG – 3ª Turma – rel. Min. Nancy Andrighi – j. 03/12/2009 – p. 18/12/2009).
25	17.11.2020	A doação. Origem. O dom. Definição. Características. Elementos peculiares. Aceitação. Objeto. Promessa de doação. Caracterização e natureza jurídica. Espécies de doação. Restrições legais à doação. Revogação da doação.
26	19.11.2020	Locação de coisas. Locação residencial: espécies e consequências. Direito e deveres do locador e do locatário. Locação não-residencial.
27	24.11.2020	Do mandato. Conceito. Características. Mandato e representação, Espécies de mandato. A procuração como instrumento do mandato.
28	26.11.2020	Aula final.

II. AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina se dará por meio de trabalhos (8,0) e seminários (2,0).

a. Trabalhos

Para além dos seminários, a avaliação consistirá em 2 (dois) artigos (um em cada bimestre) de até 15 (quinze) páginas cada, letra *Times New Roman*, tamanho 12, espaçamento 1,5 e sobre os temas elencados abaixo. Neste limite de páginas, não estão incluídas as páginas relativas à capa, ao índice e às referências bibliográficas.



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Departamento de Direito Civil

Os trabalhos deverão ser elaborados por grupos de até 3 (três) alunos e terão de abordar, de forma original, não apenas questões tratadas em aulas ministradas durante o curso, mas também aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais sobre os respectivos temas, a seguir elencados:

Avaliação Intermediária
Tema: Em 2019, Joana, brasileira, 70 anos de idade, contratou os serviços de uma agência de turismo para programação de uma viagem de lazer com destino à Ásia. O pacote turístico adquirido englobava um trecho aéreo (ida e retorno), datado de meados de janeiro de 2020, que partiria do Aeroporto Internacional de Guarulhos/São Paulo para o Aeroporto Haneda/Tóquio. Após o desembarque, Joana se dirigiu ao porto da cidade para embarque em um cruzeiro marítimo pelo Japão. Já a bordo do cruzeiro há alguns dias, foi confirmado que um passageiro tinha testado positivo para a COVID-19. Por ordem das autoridades locais, foi determinado que os passageiros e membros da tripulação ficassem a bordo, confinados em suas respectivas cabines, em quarentena, para que novas contaminações fossem evitadas. Em razão da quarentena, a estadia ultrapassou a programação inicial do cruzeiro, ocasionando a perda do voo de retorno para o Brasil na data originalmente programada. Além disso, após liberação de desembarque do navio, Joana foi surpreendida com o fechamento das fronteiras do Japão, impedindo que retornasse ao seu país. Considerando-se o deslinde fático narrado, o cenário de incerteza/temor causado pelo avanço da doença, e tendo-se em vista que Joana, fazendo parte do grupo de risco do coronavírus, deseja retornar ao Brasil, o grupo deverá elaborar trabalho escrito, nos termos propostos, que responda o seguinte questionamento: Quem, e sob qual fundamento jurídico, deve providenciar o processo de retorno de Joana ao Brasil?
Avaliação Final
Tema: Alberto celebrou compromisso de compra e venda em 2017 com uma incorporadora para a aquisição de apartamento, a ser entregue em julho de 2021, em empreendimento localizado em Franca/SP, mediante o pagamento de 36 (trinta e seis) parcelas de R\$ 700,00 (setecentos reais). Alberto, que já possui moradia própria, pretendia alugar o apartamento a estudantes da região, obtendo, assim, fonte complementar de renda. O pagamento das parcelas



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Departamento de Direito Civil

se daria com os rendimentos auferidos pela empresa de Alberto, com atividade no setor de turismo. Contudo, em março de 2020, sobreveio decreto de calamidade pública em razão da pandemia da COVID-19, com direta influência em seus negócios. Em razão do substancial decréscimo do faturamento de sua empresa, e dos consequentes rendimentos auferidos, Alberto passou a ter dificuldades para honrar o pagamento das parcelas contratadas. Buscando uma composição amigável, Alberto contatou a incorporadora responsável pelo projeto, informando seus problemas financeiros e solicitando a suspensão do pagamento das parcelas por 90 (noventa) dias. A incorporadora, contudo, negou-se a oferecer suspensão dos pagamentos, alegando que, apesar da imprevisibilidade da situação, também estaria passando por dificuldades financeiras e que não poderia deixar de honrar com as obrigações do empreendimento (pagamento de funcionários, materiais de construção, etc.).

Tendo em vista os fatos narrados, o grupo deverá elaborar trabalho escrito, nos termos propostos, que responda os seguintes questionamentos: (1) Que medidas legais poderá adotar Alberto para a proteção de seus interesses? (2) É cabível a suspensão do pagamento das parcelas por ordem judicial?

Os trabalhos deverão ser entregues, via sistema *moodle*, até às 23h59 dos dias **08.10.2020** e **01.12.2020**, respectivamente.

b. Seminários

Ao longo do curso, serão realizados 6 (seis) seminários relativos aos temas especificados no programa acima. O seminário compreenderá a discussão de determinado caso prático em grupos, que representarão os interesses em conflito e simularão um julgamento, com exposição oral dos argumentos das partes e da decisão dos magistrados. Com base no programa sugerido, serão encaminhados oportunamente aos alunos documento contendo a exposição fática do caso.

Tendo em vista a dinâmica das aulas, sugere-se que os grupos se reúnam previamente à apresentação do seminário para debater os argumentos entre si e estabelecer a linha de defesa,



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Departamento de Direito Civil

de forma que, no dia da apresentação, um aluno de cada grupo fique responsável pela relatoria do caso e a exposição dos argumentos.

Para referência e apropriada avaliação, sugere-se, ainda, que cada grupo prepare um roteiro da apresentação, contendo a estratégia argumentativa e a qualificação dos integrantes (nome e nº USP).

III. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. *Extinção dos contratos por incumprimento do devedor (Resolução)*. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

ALPA, Guido. *I principi generali*. Milano: Giuffrè, 1993. (Col. Trattato di diritto privato, a cura di Paolo Zatti e Giovanni Iudica).

ALTERINI, Atilio Aníbal. *Contratos Civiles, Comerciales, De Consumo. Teoría General*. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 2a. ed, 2009.

AMARAL, Francisco. *Direito Civil. Introdução*. Rio de Janeiro, Renovar, 5ª ed, revista, atualizada e aumentada de acordo com o novo Código Civil, 2003.

ATYIAH, P.S. *The rise and fall of freedom in contract*. Oxford: Clarendon Press, 1979.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. A boa-fé na formação dos contratos. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 3, p. 78-87, set./dez. 1992.

_____. Responsabilidade pré-contratual no Código de Defesa do Consumidor: estudo comparativo com a responsabilidade pré-contratual no direito comum. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 18, p. 23-31, abr./jun. 1996.

_____. Insuficiências, deficiências e desatualização do Projeto de Código Civil na questão da boa-fé objetiva nos contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 775, p.11-17, maio 2000.

_____. *Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2004.



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Departamento de Direito Civil

_____. *Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

AZEVEDO JR, José Osório de. *Compromisso de compra e venda*. São Paulo, Malheiros, 3ª ed. rev. e ampl, 1992.

BARBOZA, Heloisa Helena. MORAES, Maria Celina Bodin de. TEPEDINO, Gustavo. *Código Civil Interpretado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, v. II.

BARCELLONA, Pietro. *Intervento statale e autonomia privata*. Milano: Giuffrè, 1969.

BURTON, Steven J. *Principles of contract law*. St. Paul, Minn: West Publishing Co, 1995.

CANARIS, Claus Wilhem; LARENZ, Karl. *Lehrbuch des Schuldrechts – Teil II*, 13. ed. München: Ch. Beck Verlag, 1994.

CLERICO, Giuseppe. *Analisi economica del contratto*. Milano, Giuffrè, 2008.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 1997.

DÍEZ-PICAZO, Luis. *Fundamentos del Derecho Civil Patrimonial I. Introducción. Teoría del Contrato*. Pamplona: Thomson-Civitas, Editorial Aranzadi S/A, 2007.

FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer. *Paradigmas inconclusos: os contratos entre a autonomia privada, a regulação estatal e a globalização dos mercados*. Coimbra Editora; Coimbra, 2007.

GARCIA, Enéas Costa. *Responsabilidade pré e pós-contratual à luz da boa-fé*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

GHESTIN, Jacques. *Traité de Droit Civil: les obligations; le contrat; formation*. 2.ed, Paris, LGDJ, 1988.

GOMES, Orlando. *Contratos*. Rio de Janeiro: Forense, 26a ed, rev. e at. por Antonio Junqueira de Azevedo e Francisco Paulo de Crescenzo Marino, 2007.



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Departamento de Direito Civil

LARENZ, Karl. *Allgemeiner Teil des Deutschen Bürgerlichen Rechts*. 7. ed. München: Ch. Beck Verlag, 1989.

_____. *Lehrbuch des Schuldrechts. Erster Band, Allgemeiner Teil*. 14. ed. München: Ch. Beck Verlag, 1987.

_____; CANARIS, Claus Wilhem. *Lehrbuch des Schuldrechts*. 13. ed. München: Ch. Beck Verlag, 1994. Teil II.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Contrato e mudança social. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 722, p. 40-45, dez. 1995.

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 4. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

_____. Proteção do consumidor no comércio eletrônico e a chamada nova crise do contrato: por um direito do consumidor aprofundado. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 57, p. 9-59, jan/mar.2006.

MARTINS-COSTA, Judith. *Da boa-fé no direito privado*. 1. ed. 2. tir. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, Maria Celina Bodin de. BARBOZA, Heloisa Helena TEPEDINO, Gustavo. *Código Civil Interpretado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, v. II.

MORSELLO, Marco Fábio. Contratos existenciais e de lucro. Análise sob a ótica dos princípios contratuais contemporâneos. São Paulo: Editora Atlas, 2012, na obra *Temas relevantes do direito civil contemporâneo. Reflexões sobre os dez anos do Código Civil*, sob a coordenação de Renan Lotufo, Giovanni Ettore Nanni e Fernando Rodrigues Martins.

_____. Da boa-fé nas fases pré e pós-contratuais no Direito brasileiro. São Paulo: Ed. Quartier Latin. 2008, na obra *Direito dos Contratos*, v. II (Centro de Extensão Universitária).



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Departamento de Direito Civil

NERY JUNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código Civil comentado e legislação extravagante*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

NORONHA, Fernando. *O direito dos contratos e seus princípios fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 1994.

NOVAIS, Alinne Arquete Leite. Os novos paradigmas da teoria contratual: o princípio da boa-fé objetiva e a tutela do hipossuficiente. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *Problemas de direito civil constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 17-54.

PENTEADO, Luciano de Camargo. *Doação com encargo e causa contratual*. Campinas: Millenium, 2004.

RAVAZZONI, Alberto. *La formazione del contratto*. Milano, Giuffrè, 1973.

ROPPO, Enzo. *O contrato*. Trad. de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 1988.

ROPPO, Vincenzo. *Il contratto del duemila*. Torino: Giappichelli, 3ª.ed, 2011.

_____. *Il contratto*. Milano: Giuffrè, 2ª.ed, 2011.

SALOMÃO, Luis Felipe; CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana (coord.). *Lei de liberdade econômica e seus impactos no direito brasileiro*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

SAMPAIO, Laerte Marrone de Castro. *A boa-fé objetiva na relação contratual*. São Paulo: Manole, 2004. (Coord. da série: Renan Lotufo e Cláudio Luiz Bueno de Godoy - Cadernos de Direito Privado – Série da Escola Paulista da Magistratura – v. 1).

SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. *A boa-fé e a violação positiva do contrato*. Rio de Janeiro: Renovar-Biblioteca de Teses, 2007.

TEPEDINO, Gustavo. (Coord.). *Problemas de direito civil constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.



Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Departamento de Direito Civil

_____; MORAES, Maria Celina Bodin de. BARBOZA, Heloisa Helena. *Código Civil Interpretado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. v. II.

TOMASETTI JUNIOR, Alcides. *Execução do contrato preliminar*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1982.

TORRENTE, Andrea. *La donazione*. Milano: Giuffrè, 2006.